



MUNICÍPIO DE CUBA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 25

14-09-2022

[Handwritten signatures in blue ink]

Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a vigésima quinta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Filipe Domingos Candeias Chora, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.-----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico).-----

Os Vereadores do PS solicitaram, assim que possível, o envio de uma relação discriminada com as despesas da Feira Anual de Cuba 2022.

Disseram ainda que: “como ficou confirmado na corrida de toiros e nas touradas à vara larga, que a Cuba continua a ter bastante “aficcion”. Nesse sentido comprova-se que a posição dos vereadores do PS estava correta no que diz respeito à importância da conservação da Arena Multiusos património que é do município.”

O Sr. Presidente congratulou-se pela forma como a feira decorreu, por todas as pessoas que se deslocaram a Cuba e por todas as atividades que foram realizadas terem tido um enorme sucesso. Deixou uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores do município que fazem da FAC um dos maiores eventos do sul do país. Acha que esse é um fator que deve ser destacado na análise de qualquer feira.

Relativamente aos pedidos dos vereadores informou que fará chegar, como tem sido prática todos os anos, os custos com a feira anual.

No que concerne à praça de toiros o mais importante a destacar é que a praça foi recuperada, existiram grandes espetáculos durante o evento e no futuro continuará a estar disponível para as necessidades que existirem. Aliás sempre foi assim em todos os eventos, foi recuperada e esteve pronta para servir a população. No futuro continua a ser um equipamento da autarquia e estará disponível sempre que necessário seja na feira anual seja em outros eventos que se pretendam realizar.

O Dr. Vitor Fialho com a concordância do Sr. Presidente que mereceu a anuência dos restantes elementos do executivo propôs a realização de uma reunião de Câmara extraordinária dia 23 de setembro, sexta-feira, pelas 9,30 horas sendo que a ordem de trabalhos será dada a conhecer aos interessados, ainda hoje, mediante a elaboração da respetiva convocatória e edital.

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2022: € 291 254,39.

ORDEM DO DIA:

1. DESPACHO - UTILIZAÇÃO DE COPOS REUTILIZÁVEIS NA FEIRA ANUAL DE CUBA 2022.

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que adiante se transcreve:

DESPACHO

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso da faculdade prevista no n.º 3 do art.º 35.º, e no âmbito das competências consignadas nas alíneas e), u) e ff) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: -----

Considerando que a Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, na sua redação atual, determinou a não utilização e não disponibilização de louça de plástico de utilização única em todos os locais e atividades não sedentárias do setor da restauração e/ou de bebidas e no comércio a retalho; -----

Considerando que, de acordo com os números 1 e 4 do art.º 3.º da citada lei, em todos os locais e atividades não sedentárias do setor da restauração e/ou de bebidas deve ser utilizada louça reutilizável, ou, em alternativa, louça em material biodegradável e na atividade de comércio a retalho não pode ser disponibilizada louça de plástico de utilização única para o consumo de alimentação ou bebidas; -----

Considerando que na Feira Anual de Cuba irão ser utilizados milhares de copos para as bebidas que aí são servidas; -----

Em cumprimento dos normativos legais considerados, determina que:-----

1) Serão disponibilizados copos reutilizáveis para que os exploradores dos Bares e Tasquinhas da Feira Anual de Cuba os utilizem, até ao montante total de 1.500 unidades para cada um, os quais serão entregues aos respetivos clientes mediante o pagamento de um depósito de € 1,00 (um euro), quantia esta que será reembolsado aos mesmos após a devolução de cada copo; -----

2) No dia 6 de setembro, impreterivelmente, devem os exploradores dos Bares e Tasquinhas da Feira Anual de Cuba fazer a entrega, no edifício da Câmara Municipal de Cuba, os copos que lhes foram devolvidos. Caso devolvam menos copos do que os que lhes foram entregues (até ao máximo de 1.500 unidades), terão de pagar a diferença de € 1,00 (um euro) por cada copo em falta; -----

3) Seja criado o preço de € 1,00 (um euro) relativo ao depósito pela utilização dos co-
pos reutilizáveis. -----

Deve o presente despacho ser submetido a ratificação pelo órgão executivo na sua
próxima reunião ordinária que terá lugar no dia 14/09/2022. -----

Paços do Município de Cuba, 1 de setembro de 2022

O Presidente da Câmara,

/Dr. João Manuel Casaca Português/

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º
75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de,
por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara munici-
pal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mes-
mos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena
de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

2. DESPACHO – AUTORIZAÇÃO DE ATERRAGEM E DESCOLAGEM DE UM VOO DE HE- LICÓPTERO POR OCASIÃO DA CORRIDA DE TOIROS DA FEIRA ANUAL DE CUBA 2022.

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que adiante se transcreve:

DESPACHO

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso da
faculdade prevista no n.º 3 do art.º 35.º, e no âmbito da competência consignada na
alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua
redação atual, em face do pedido apresentado pela Helibravo Aviação, Lda, determina
autorizar que seja utilizado o local 3, com as coordenadas 38° 9'49.69"N
007°54'2.64"W, para aterragem e descolagem de um voo de helicóptero, no período
da tarde do dia 03/09/2022, no horário a definir melhor pelo requerente, a quem in-
cumbe igualmente identificar a matrícula da aeronave e o período de tempo necessá-
rio para o efeito. -----

Mais deve a requerente cumprir todas as normas de segurança de voo e devidas licen-
ças e autorizações. -----

O presente despacho vai ser submetido a ratificação pelo órgão executivo na sua próxima reunião ordinária de 14/09/2022. -----

Paços do Município de Cuba, 1 de setembro de 2022

O Presidente da Câmara,

/Dr. João Manuel Casaca Português/

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

3. MANUEL JOSÉ TRINCA CARAPINHA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PÚBLICO PARA FESTA DE ANIVERSÁRIO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que a pedido de Manuel José Trinca Carapinha, autorizou a cedência do espaço localizado junto às rampas de skate, nas antigas Escolas Primárias para a realização de uma festa de aniversário do filho do requerente, no dia 4 de setembro entre as 17 e as 20 horas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

4. EDGAR JOSÉ ADRIANO JACINTO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA AMBULANTE NO LARGO CONDE DA ESPERANÇA (BICA), EM CUBA, POR OCASIÃO DA LARGADA DE TOIROS, NO DIA 4 DE SETEMBRO, INTEGRADA DA FEIRA ANUAL DE CUBA.

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Vice-Presidente que, de forma a evitar a concorrência com os comerciantes residentes nas imediações do local do evento, indeferiu o pedido de autorização para venda ambulante, formulado pelo Sr. Edgar Jacinto. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

5. RUI RICARDO DA SILVA FERREIRA. INSTALAÇÃO DO CIRCO URIEN’S NA FEIRA ANUAL DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que, na sequência da proposta de aquisição de 180 bilhetes para oferecer a filhos de funcionários da autarquia até aos 12 anos e a reformados, pensionistas e Idosos, aceite pelo Sr. Rui Ferreira, proprietário do Circo Urien’s, autorizou a sua instalação no recinto da Feira Anual de Cuba. - A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. --

6. VICTOR MIGUEL FRANGÃOS DE SÃO PEDRO. PEDIDO DE ALUGUER DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou, a pedido do Sr. Victor Miguel Frangãos de São Pedro, funcionário da CMC, a cedência do Pavilhão de Exposições, por 3 horas, para a festa no dia 12 de setembro de 2022. -----

A Câmara, por unanimidades, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de,*

por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

7. MARISA ISABEL LOURENÇO GONÇALVES CASCÃO. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a utilização do espaço do Coreto sito no Parque Manuel de Castro, em Cuba, requerido pela Sra. Marisa Isabel Lourenço Gonçalves Cascão, para realização de uma sessão de Karaoke no dia 10 de setembro de 2022, no horário compreendido entre as 22h e as 02h. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

8. MARISA ISABEL LOURENÇO GONÇALVES CASCÃO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a emissão de uma licença especial de ruído, requerida pela Sra. Marisa Isabel Lourenço Gonçalves Cascão, para realização de uma sessão de Karaoke no dia 10 de setembro de 2022, no horário compreendido entre as 22h e as 02h, no Coreto junto ao Café “O Poeta”; no Parque Manuel de Castro, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

9. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – AEC - NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2022/2023. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 31/2022, do Serviço de Ação Educativa, da autoria da Técnica Superior, Dra. Cristina Candeias, que se transcreve: -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar; -----

Na sequência da transferência de competências, no domínio da educação, concretizada no dia 01 de abril de 2022, o Município de Cuba assume-se como entidade promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC e para o ano letivo 2022/2023, assegurará a sua implementação no Agrupamento de Escolas de Cuba, para todos os alunos do 1.º ciclo de Ensino Básico. -----

As Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico – AEC, são Atividades, gratuitas, de oferta universal mas com frequência facultativa. -----

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) são complementares aos programas das disciplinas curriculares lecionadas e adaptadas aos tempos de permanência das crianças na escola por necessidades das famílias. -----

Como forma de garantir a eficácia da implementação das Atividades no Agrupamento de Escolas de Cuba, foi celebrada uma prestação de serviços através do ajuste Direto n.º 19/2022, com a Associação Tempos Brilhantes. Desta forma, apresenta-se o Protocolo de Colaboração entre a Entidade Promotora: Município de Cuba; Entidade Executora: Associação Tempos Brilhantes e Entidade Parceira: Agrupamento de Escolas de Cuba, visando definir e estabelecer a parceria entre as partes no âmbito específico das AECs no 1.º ciclo do ensino Básico, no AECuba, que vigorará no ano letivo 2022/2023. -----

Face ao atrás exposto, -----

Apresenta-se a proposta Protocolo de Colaboração no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC para o ano letivo 2022/2023, a celebrar entre o Município de Cuba, a Associação Tempos Brilhantes e o Agrupamento de Escolas de Cuba. –

Os Vereadores do PS pediram mais algumas informações sobre a Associação Tempos Brilhantes. Perguntaram se foi apresentado algum plano de atividades relativamente às áreas consideradas.

A Sr.ª Vereadora Sandra Serrano explicou os contornos deste protocolo com a associação informando que para o efeito foi auscultada a Associação de Pais e agrupamento de escolas e aquela Associação garante à partida sucesso na execução das atividades dada a sua experiência nestas áreas. Disse ainda que fará chegar mais informação sobre a oferta pedagógica no âmbito deste protocolo de colaboração.

A Câmara, por unanimidade, deliberou, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, em articulação com o n.º 1 do art.º 40, do Dec-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, aprovar o presente protocolo, que adiante se transcreve, legitimando a execução da parceria durante todo o ano letivo 2022/2023, salvo se houver denúncia do mesmo nos moldes nele consignados. -----

Protocolo De Colaboração

Atividades de Enriquecimento Curricular – Ano letivo 2022/2023

Considerando: -----

- a) Que constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, conforme previsto no n.º 1 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação - diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais - designadamente no domínio da educação [alínea d) do número 2 do mesmo artigo]; -----
- b) Que, para a prossecução destas atribuições, é competência da Câmara Municipal, entre outras, apoiar atividades de natureza educativa, desportiva e recreativa, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----
- c) Que, para o ano letivo 2022/2023, o Município de Cuba assegura a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º ciclo de Ensino Básico; -----
- d) Os termos previstos na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto que define as regras a observar no funcionamento e oferta assim como o acesso ao financiamento do Programa das AEC no 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

e) Que, nos termos do artigo 14º da referida Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, para efeitos de planificação das AEC, a entidade promotora pode estabelecer parceria para a concretização dessas mesmas atividades; -----

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração entre: -----

Município de Cuba, Pessoa Coletiva nº 500 832 935, representado neste ato, pelo Presidente da Câmara Municipal, João Manuel Casaca Português, outorgando em nome desta, no exercício dos poderes conferidos pela alínea a) do n.º1 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e conforme transferência de competências, no domínio da educação, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro na sua redação atual, adiante designado como Primeiro Outorgante. -----

E -----

Associação Tempos Brilhantes, NIPC n.º 510 815 669, com sede em Quinta das Pontes, s/n, 3203-300 Penela, representada neste ato pelo seu Presidente da Direção, Nuno Filipe Silva Ferreira e a Vice-Presidente Ana Cristina de Almeida Cunha Lopes Fernandes adiante designada como Segundo Outorgante. -----

E-----

Agrupamento de Escolas de Cuba, Pessoa Coletiva nº 600 078 477, com sede na Agrupamento de Escolas de Cuba, Largo da Feira, 7940 - 999 – Cuba, representado neste ato, pelo Diretor, adiante designado como Terceiro Outorgante. -----

Capítulo I

Objeto

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente Protocolo de Colaboração visa estabelecer uma parceria entre as Partes, no âmbito específico das AEC no 1º ciclo do Ensino Básico das escolas de 1º ciclo do Agrupamento de Escolas Cuba. Esta parceria vigorará no ano letivo 2022/2023; -----
2. O Segundo Outorgante obriga-se a desenvolver a Metodologia e os Programas do Projeto NOVAEC (de acordo com as Planificações Programáticas apresentadas) que integram o Programa do 1º ciclo do ensino básico das escolas referidas no nú-

mero anterior, através de técnicos (mentores) devidamente qualificados para o desenvolvimento e implementação dos Programas NOVAEC; -----

Cláusula 2ª

Horário Semanal

1. As atividades, a aprovar em sede do Conselho Geral com o parecer do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Cuba, funcionam no período da tarde, após o tempo letivo, nomeadamente no período das 16:15h às 17:15h. -----
2. A duração semanal das atividades é fixada da seguinte forma: -----
1.º; 2.º, 3º e 4º Anos de Escolaridade – 5 Horas Semanais

Projetos NOVAEC – 5 horas semanais

Cláusula 3ª

Local de funcionamento

1. A dinamização das AEC terá lugar nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas Cuba ou noutros espaços a indicar pelo Primeiro Outorgante.

Capítulo II

Direitos e Obrigações

Cláusula 4ª

Direitos e Obrigações do Primeiro Outorgante

1. São direitos do Primeiro Outorgante: -----
 - a) Selecionar, da oferta pedagógica disponibilizada pela Tempos Brilhantes, os programas a serem implementados em cada ano letivo;
 - b) Intervir na tomada de decisão do processo de recrutamento dos mentores e co-mentores;
 - c) Ser informados acerca de qualquer alteração na equipa e funcionamento das AEC;
 - d) Ser informados acerca de qualquer atividade excecional a decorrer durante o período das AEC.
2. São obrigações do Primeiro Outorgante:
 - a) Garantir, em articulação com o Segundo Outorgante e com o Agrupamento de Escolas Cuba, a disponibilização dos espaços para pôr em prática o desenvolvimento dos respetivos Projetos NOVAEC;

- b) Apoiar financeiramente o Segunda Outorgante, nos termos estipulados na cláusula 11.ª do presente protocolo;
- c) Acompanhar e supervisionar as atividades;
- d) Disponibilizar dois Técnicos, do seu quadro de pessoal, com vista à dinamização de AEC nas diversas turmas do Agrupamento de Escolas de Cuba, cujos honorários serão da responsabilidade do Município de Cuba.

Cláusula 5ª

Direitos e Obrigações do Segundo Outorgante

1. O Segundo Outorgante tem o direito de:
 - a) Coordenar pedagogicamente a implementação das AEC, através do acompanhamento dos Profissionais/Técnicos que assumirão as responsabilidades de desenvolvimento dos Projetos, tendo por base todas as orientações programáticas definidas, cumprindo integralmente o plano de estudos e a planificação da actividade, aprovados de acordo com os documentos estruturantes dos restantes Outorgantes e com as orientações emanadas pelo ME.
2. São obrigações do Segundo Outorgante:
 - a) Assegurar todo o processo de recrutamento e pagamento dos Profissionais/Técnicos;
 - b) Respeitar todas as orientações definidas em Portaria, quanto aos requisitos de habilitações dos Profissionais/Técnicos, disponibilizando o dossier de recrutamento e seleção dos mesmos e os documentos necessários para fazerem prova da sua condição profissional aos restantes Outorgantes;
 - c) No processo de recrutamento e seleção dos Profissionais/Técnicos, verificar a adequação das habilitações dos Profissionais/Técnicos contratados;
 - d) Desenvolver as AEC nos locais e dentro dos horários definidos pelos restantes Outorgantes;
 - e) Assegurar a substituição dos Profissionais/Técnicos, em caso de faltas, bem como em caso de desistência;
 - f) Facultar os currículos e os contactos dos Profissionais/Técnicos aos respetivos Outorgantes;
 - g) Elaborar e entregar aos restantes Outorgantes, relatórios de avaliação trimestrais relativos aos termos de implementação das AEC;

- h) Entregar a cada Professor Titular de turma a avaliação correspondente a cada período escolar;
- i) Promover formação específica aos Profissionais/Técnicos que lecionam as AEC de forma a garantir a necessária qualidade pedagógica;
- j) Monitorizar as aulas de cada atividade;
- k) Assegurar a articulação pedagógica com os Professores designados pelo Terceiro Outorgante.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be "Hel" and several other initials.

Cláusula 6ª

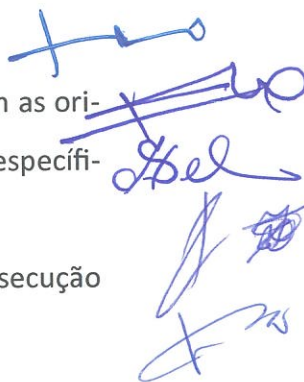
Direitos e Obrigações do Terceiro Outorgante

1. São direitos do Terceiro Outorgante:

- a) Participar na seleção da oferta pedagógica disponibilizada pela Tempos Brilhantes, os programas a serem implementados em cada ano letivo;
- b) Garantir que no planeamento das atividades estejam obrigatoriamente envolvidos os Professores Titulares em articulação com o Segundo Outorgante;
- c) Analisar e acompanhar a Programação das AEC, como sejam as tarefas e trabalhos a desenvolver com discriminação dos objetivos a prosseguir e com observância pelas diretivas gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação e Agrupamento de Escolas;
- d) Ser informados acerca de qualquer atividade excecional a decorrer durante o período das AEC.

2. São atribuições do Terceiro Outorgante:

- a) Nomear um representante/interlocutor do Agrupamento de Escolas, que permita realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento das AEC, entre o Primeiro e Segundo Outorgantes e o respetivo Agrupamento de Escolas;
- b) Garantir a inscrição dos alunos nas atividades com suporte em fichas de inscrição com todos os elementos previstos na *NP 4510:2015 – Atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família*, que permitam a elaboração do ficheiro de dados da criança.
- c) Disponibilizar ao Segundo Outorgante, salvaguardada a regulamentação legal em matéria de proteção de dados pessoais, os dados pessoais dos alunos e encarregados de educação, que permitam a elaboração do ficheiro de dados da criança.

- 
- d) Constituir as turmas nos estabelecimentos que os integram, de acordo com as orientações previstas no Despacho suprarreferido, integrando as condições específicas do Agrupamento;
 - e) Garantir a disponibilização de espaços, sempre que possível, para a prossecução das atividades;
 - f) Garantir que as AEC não se sobrepõem às atividades curriculares diárias;
 - g) Garantir a divulgação, no momento da matrícula, aos encarregados de educação da planificação das atividades, e a sua confirmação no início do ano letivo;
 - h) Cooperar nos processos de planificação, acompanhamento e avaliação das atividades, participando nos mecanismos de monitorização trimestral da qualidade e de supervisão pedagógica estabelecidos pelo Segundo Outorgante, no sentido de garantir o pleno cumprimento dos objetivos educativos dos serviços a prestar, bem como dos requisitos da qualidade, preferencialmente por referência à Norma NP 4510:2015 – *Atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família*.
 - i) Assegurar a implicação do Professor Titular de turma ao nível da supervisão, nomeadamente em aspetos relacionados com a sensibilização dos Encarregados de Educação e com os mecanismos de comunicação entre os Profissionais/Técnicos das atividades;

Capítulo III

Materiais e Orientações

Cláusula 7ª

Fornecimento de Materiais para os Projetos NOVAEC

1. Para o desenvolvimento dos Projetos NOVAEC, o segundo outorgante compromete-se a fornecer gratuitamente os materiais necessários para a implementação de todas as atividades.
2. A aquisição do material de desgaste é da responsabilidade do 1.º Outorgante, sob aprovação da coordenação local e gestor pedagógico.

Cláusula 8ª

NOVAEC – Metodologia de Trabalho por Projeto

1. As AEC serão implementadas através de uma prática lúdica, com incentivo à interação e criatividade, tendo como pilar basilar e primordial as “Orientações progra-

máticas das Atividades de Enriquecimento Curricular”, emanadas do Ministério da Educação;

2. As AEC são incluídas, nos respetivos Projetos NOVAEC (conforme Sínteses Programáticas apresentadas), com temas de interesse pedagógico e social tais como a segurança, saúde, ambiente e boas práticas sociais e de cidadania, ajustadas ao projeto educativo do Município de Cuba (e, também, em articulação com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas): EDUC’ART, SUPER NUMEROS e NUTRISER.

Cláusula 9ª

Acompanhamento e envolvimento de Associações Locais

1. O segundo outorgante assume a contratação de uma Coordenadora local, para fazer face à gestão das respetivas atividades e, também, em todo o trabalho de articulação entre os três Outorgantes;
2. Prioritariamente, o Segundo Outorgante compromete-se a estabelecer Protocolos com entidades/associações locais para integrar Recursos Humanos dessas instituições.

Capítulo IV

Plataforma digital de apoio

Cláusula 10ª

Escola ON

(Atividades de Enriquecimento Curricular @ Distância)

1. Caso se verifique mudança da conjuntura atual e consequente alteração do regime presencial das atividades letivas para o ensino @ distância, o presente protocolo vigorará, sendo as AEC disponibilizadas à distância, através da solução tecnológica Escola ON.
2. À semelhança do regime presencial, a sua oferta é obrigatória e a inscrição facultativa, sendo as atividades de caráter lúdico, formativo e/ou cultural.

A tipologia das atividades @ distância e respetiva regularidade serão definidas em articulação com o Primeiro Outorgante e com a direção do Agrupamento de Escolas, devendo respeitar as orientações emanadas pelo Ministério da Educação à data.

3. A Escola ON será, também, a plataforma digital de apoio ao processo de Gestão das AEC, incluindo o registo dos sumários, o registo e exportação das avaliações dos alunos, o processamento das remunerações dos mentores, etc.

Capítulo V

Pagamento

Cláusula 11ª

Pagamento

1. Pela implementação do Projeto NOVAEC, no ano letivo 2022/2023, ao abrigo do presente protocolo, que decorre do contrato celebrado no âmbito do Ajuste Direto nº 19/2022, o Primeiro Outorgante paga ao Segundo Outorgante o seguinte valor total: 19.500 € (dezanove mil e quinhentos euros).

Este montante corresponde à afetação de 7 mentores, que ficarão responsáveis pela dinamização das AEC nas diversas turmas de 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Cuba, nas condições previstas no presente protocolo.

2. O montante apurado pelo ponto 1. anterior, é pago em dez meses, entre setembro/22 e junho/23, em quantias iguais;
3. O valor apurado do Projeto AEC 2022/2023 será fixo e vigorará até final do ano letivo.

Cláusula 12ª

Forma e local de Pagamento

1. O Primeiro Outorgante compromete-se a pagar o montante estabelecido e calculado nos termos da cláusula anterior, no mês subsequente ao que se reporta;
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Segundo Outorgante apresentará ao Primeiro Outorgante, até ao dia 30 de cada mês, a fatura relativa ao mês corrente.

Capítulo VI

Incumprimento e Penalidades

Cláusula 13ª

Resolução

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Primeiro

Outorgante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do Segundo Outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações previstas no presente protocolo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Segundo Outorgante.

Cláusula 14ª

Denúncia

1. O presente Protocolo de Colaboração pode ser denunciado por parte do Primeiro ou do Segundo Outorgante, com o aviso prévio de 60 dias, por comunicação escrita enviada com aviso de receção;
2. O mesmo protocolo pode ser revogado a todo tempo pelo Primeiro Outorgante, por situações excepcionais, caso se verifique alguma circunstância superveniente que imponha alteração ou termo da prestação das AEC, nomeadamente por directivas do Ministério da Educação, sem que tal facto, implique o pagamento de qualquer indemnização ao Segundo Outorgante.

Capítulo VII

Normas finais e de vigência

Cláusula 15ª

Revisão

O presente Protocolo de Colaboração poderá ser sujeito a revisão por deliberação da Câmara Municipal.

Cláusula 16ª

Vigência

O presente Protocolo de Colaboração produz os seus efeitos para o ano letivo 2022/2023, com entrada em vigor e termo, na data fixada pelo Ministério de Educação.

Cláusula 17ª

Omissões

1. Em tudo que o presente Protocolo de Colaboração, bem como o contrato de prestação de serviços, celebrado entre os primeiro e segundo outorgantes no âmbito

do Ajuste Direto 19/2022, sejam omissos, aplica-se com as devidas adaptações, a demais legislação aplicável.

2. O presente Protocolo de colaboração é feito em três exemplares, valendo como originais, os quais são assinados pelas partes, sendo um exemplar entregue a cada uma delas.

Cuba, 14 de setembro de 2022

O Primeiro Outorgante _____ (Município de Cuba)

O Segundo Outorgante _____ (Associação Tempos Brilhantes)

O Terceiro Outorgante _____ (Agrupamento de Escolas Cuba)

10. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO. APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS E/OU MATERIAL ESCOLAR, REFEIÇÕES E TRANSPORTES. ANO LETIVO 2022/2023. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 32/2022, do Serviço de Ação Educativa, da autoria da Técnica Superior, Dra. Cristina Candeias, que se transcreve: -----

Cumpre-me informar o seguinte: Decorrido o prazo normal de candidaturas, foram apresentados 11 pedidos, extemporâneos, para os apoios em epígrafe para alunos do ensino pré-escolar e Ensino Básico. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (mudanças de residência, transferência de matrículas e suposição de registo automático na plataforma das matrículas).

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

As necessidades de transporte escolar para os circuitos especiais (montes ou lugares no concelho), são asseguradas por viaturas e motoristas da autarquia, independentemente do escalão do Abono de Família. -----

Assim, têm direito aos apoios, em cantina, materiais e/ou livros escolares e transporte escolar os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar), II (1.º Ciclo) e III

(transportes escolares), anexos a esta informação, que cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada em pastas no Serviço de Educação. -----

Encargo financeiro: -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço praticado no ano letivo transato e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2022/2023) tem um valor estimado de 1836,68€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2022/2023 o valor estimado será de 831,47€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 150€. -----

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à “Papellaria Articor”, por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Face ao exposto, cumpre-me concluir, -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e Ensino Básico no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos a estudantes e transportes escolares, para ano letivo 2022/2023, deliberou aprovar a candidatura apesar de extemporânea. -----

11. PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL . -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 89/2022, DAODS/SAJAI, da autoria da Dra. Maria Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para entidades intermunicipais, determina no seu art.º 12.º as competências a transferir para autarquias locais em matéria de Ação Social, onde se inclui a competência para Assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS). Este normativo veio a ser concretizado pelo Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas, e este regulamentado pela Portaria nº 63/2021, de 17 de março, no que se reporta ao disposto nas alíneas a) e e) do nº 1 do seu art.º 3.º e do seu art.º 10.º, designadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade exclusão social, para as câmaras municipais.

As condições de organização e de funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social são reguladas pela Portaria nº 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual, que no nº 1 do seu art.º 8.º institui a obrigatoriedade de o mesmo possuir um regulamento interno.

Dando cumprimento ao assim disposto, e em observância dos ditames constantes do Código do Procedimento Administrativo (doravante CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual), procedeu à elaboração do regulamento interno de organização e funcionamento do SAAS.

Estatui o art.º 99.º do CPA que *“Os regulamentos são aprovados com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas”*.

Foi-nos, agora, presente, pela Chefe da Unidade de Educação Social, Saúde e Desporto, em regime de substituição, Dr.ª Célia Escrevente, a versão final do Projeto de Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, que se anexa à presente informação e se dá por integralmente reproduzido, que resultou do trabalho da respetiva equipa do Serviço de Ação Social e Saúde.

De acordo com o disposto na alínea k) do nº 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas *“Compete à câmara municipal (...) aprovar regulamentos internos”*.

Aprovado o regulamento *sub judice*, deve o mesmo, para produzir efeitos ser publicado nos termos enunciados no art.º 139.º do CPA, ou seja, “A produção de efeitos do regulamento depende da respetiva publicação, a fazer no Diário da República, sem prejuízo de tal publicação poder ser feita também na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa”.

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da sua competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, remeter o presente assunto para que o órgão executivo sobre ele delibere.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o presente projeto de regulamento.

12. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO (APMCH). -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 90/2022, DAODS/SAJAI, da autoria da Dra. Maria Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos, hoje, presente pela secretária do Gabinete de Apoio à Presidência/Vereação, Maria Vasco, a proposta de adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH), que a seguir se transcreve: -----

“A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, o segundo maior agrupamento de municípios de Portugal, que atualmente conta com 97 membros, está a promover a angariação de novos associados. -----

Pretende, assim, a APMCH alargar o âmbito da sua atividade e imprimir outra nova dinâmica à participação dos municípios portugueses no debate e no diálogo com diferentes entidades, na busca de soluções para os desafios que aos centros históricos se colocam. -----

Para que legalmente se possa instituir como interlocutor ainda mais privilegiado e eficaz dos Municípios co Centros Históricos, defendendo os seus interesses junto da administração central é imprescindível que a AMPCH ultrapasse uma centena de associados, objetivo já muito próximo e que constituí a sua grande meta nesta fase. -----

Nesta conformidade, convido o Município a que V. Exa preside a ser associado da APMCH”. -----

Em 22/07/1998, na cidade de Lamego, perante Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Mário Alberto Nobre Lopes Soares, as Câmaras Municipais de Aguiar da Beira, de Armamar, de Beja, de Campo Maior, de Castelo de Vide, de Chaves, de Lamego, de Moimenta da Beira, de Penedono, de Peso da Régua, de Ponte de Lima, de Santarém, do Seixal, de Reguengos de Monsaraz, de Torres Vedras, e de Trancoso, através dos seus representantes e com poderes que lhe foram conferidos pelas respectivas Assembleias Municipais, estabeleceram um Protocolo de Adesão de Municípios para a constituição da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, pessoa coletiva sem fins lucrativos, fundamentada nos seguintes objetivos:

- a) Reunir todos os municípios portugueses que possuam, nos seus aglomerados urbanos, zonas antigas merecedoras de preservação; -----
- b) Promover, em conjunto ou isoladamente, todas as ações, com vista à defesa, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação desses Centros Históricos, considerando-as zonas carecidas de proteção prioritária, como valores que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como fatores determinantes para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam ou usufruem; -----
- c) Desenvolver todos os esforços para a mais estreita colaboração, com as entidades estatais, públicas ou privadas, similares ou outras, nacionais ou estrangeiras que visem os mesmos objetivos e que, por todos os meios, possam cooperar na salvaguarda de tão valioso património cultural. -----

Este protocolo teve, como documento fundamental, a outorga imediata pelos referidos municípios da escritura pública da Associação, cujos termos e estatutos, lhe foram apensos, e que a seguir se transcrevem: -----

Capítulo I

Da formação e fins

Artigo 1.º

É constituída a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, que se rege pelos presentes estatutos e ainda pelas disposições do Código Civil.

Artigo 2.º

A Associação tem a sua sede em Lamego, podendo, entretanto, estabelecer delegações em qualquer outra parte do território português, por simples deliberação do órgão diretivo.

Artigo 3.º

A Associação também durará por tempo indeterminado.

Artigo 4.º

A Associação não prossegue fins políticos ou religiosos, exercendo a sua ação independentemente de qualquer outra instituição oficial ou privada.

Artigo 5.º

A Associação tem por finalidade exclusivamente promover todas as atividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, através de uma estreita colaboração, embora sem fins lucrativos, dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de proteção, como valores culturais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

Artigo 6.º

De acordo com o teor do artigo anterior, a Associação fomentará as suas atividades procurando, designadamente:

1. Estabelecer a mais estreita colaboração e as mais amplas relações com as entidades estatais, públicas ou privadas, similares ou outras, que visem os mesmos objetivos ou para eles contribuam decisivamente;
2. Desenvolver os esforços necessários para a criação de estruturas legais ou jurídicas que conduzam à salvaguarda dos centros históricos e apoiem as ações de preservação preconizadas, em especial na sua valorização social, cultural e turística;
3. Promover a mais constante cooperação com as instituições internacionais tutelares de salvaguarda do património cultural, visando o melhor patrocínio para essas mesmas ações;
4. Realizar todas as manifestações culturais, tais como congressos, seminários, colóquios, conferências e outros encontros relacionados com tais fins e, ainda, as demais iniciativas que a direção entenda dever promover, além de participar em

organizações congéneres, da responsabilidade de terceiros, desde que úteis aos interesses estatutários da Associação;

5. Organizar um gabinete de apoio, constituído por especialistas na preservação dos centros históricos, que possa prestar os indispensáveis auxílios às autarquias que os requeiram, com a finalidade de promover rapidamente a sua valorização;

6. Criar o próprio património bibliográfico e museológico para os membros da Associação.

Capítulo II

Dos Associados

Artigo 7.º

São membros efetivos da Associação todos os municípios portugueses que possuam zonas históricas a preservar, independentemente de serem já ou não classificadas como centros históricos, e que, por deliberação da sua Câmara Municipal, declarem aderir a esta instituição.

Artigo 8.º

Poderão aderir também instituições nacionais ou estrangeiras que visem a salvaguarda desse património cultural, as quais se constituirão como membros auxiliares ou correspondentes, conforme se sediarem dentro ou fora do país.

Artigo 9.º

Igualmente poderão aderir à Associação as instituições que prestem apoios materiais permanentes às atividades desenvolvidas em defesa dos centros históricos, as quais se constituirão como membros protetores.

Artigo 10.º

A Associação poderá nomear membros de honra as instituições nacionais ou estrangeiras que, pelo seu valioso e reconhecido contributo, se tenham distinguido na valorização do património cultural e, particularmente, dos centros históricos.

Artigo 11.º

Constituem deveres de cada membro efetivo da Associação:

- a) Cumprir os presentes estatutos e acatar as deliberações da assembleia geral e as decisões da direção;*
- b) Aceitar os cargos para que for eleito;*
- c) Liquidar, no máximo, duas vezes por ano as quotas fixadas em assembleia geral.*

Artigo 12.º

Constituem direitos de cada membro efetivo da Associação:

- 1. Tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando sobre assuntos propostos;*
- 2. Eleger e ser eleito para os cargos sociais da instituição;*
- 3. Submeter, por escrito, à apreciação da direção as sugestões que visem a melhor consecução dos fins da Associação*

Artigo 13.º

Os membros auxiliares, correspondentes ou de honra poderão participar das assembleias gerais, das atividades ou ações empreendidas, inclusive das estruturas internas da Associação, que visem os seus objetivos, mas não poderão integrar os corpos sociais, nem exercer o direito a voto nas eleições para a sua designação ou composição.

§ único – A Assembleia Geral deliberará acerca dos membros mencionados no corpo deste artigo e dos deveres e direitos.

Artigo 14.º

Perdem a qualidade de membro da Associação os que deixarem de pagar uma anuidade de quotas ou pratiquem qualquer ato contrário ao teor dos presentes estatutos.

Capítulo III

Dos Órgãos Sociais

Artigo 15.º

São órgãos da Associação:

- 3. A assembleia geral;*
- 4. A direção;*
- 5. O conselho fiscal.*

Artigo 16.º

A representação da Associação no âmbito internacional competirá sempre ao presidente da assembleia geral.

Capítulo IV

Assembleia Geral

Artigo 17.º

A assembleia geral é formada por todos os membros efetivos da Associação que paguem as respectivas quotas e tenham o seu pagamento em dia.

§ único – Cada instituição membro será sempre representada pelo presidente do seu órgão diretivo. Este poderá delegar a sua competência em quem entender, desde que o comunique previamente à direção da Associação.

Artigo 18.º

A assembleia geral funciona por sessões ordinárias e extraordinárias, realizando-se as ordinárias uma vez por ano, até 31 de março, e as extraordinárias por requerimento do seu presidente, por um conjunto de membros não inferior à quarta parte do seu total ou por requerimento, ainda, da sua direção.

Artigo 19.º

Compete à assembleia geral:

- a) Apreciar anualmente o relatório das atividades apresentado pela direção da Associação;*
- b) Criar as comissões ou gabinetes especializados, permanentes ou eventuais, fixar a sua composição e respetivas competências e estabelecer o quadro de pessoal da Associação;*
- c) Fixar, sob proposta da direção, a quota anual dos membros efetivos ou sancionar as contribuições dos membros protetores;*
- d) Pronunciar-se sobre a admissão ou irradiação de qualquer membro da direção;*
- e) Acompanhar o rigoroso cumprimento dos objetivos da Associação;*

Promover o preenchimento dos lugares vagos nos órgãos sociais até à próxima assembleia geral para eleição dos mesmos.

Artigo 20.º

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e três secretários.

Capítulo V

Direção

Artigo 21.º

A direção é composta por um presidente, três vice-presidentes, um secretário, um tesoureiro e três vogais.

Artigo 22.º

A direção obriga-se mediante a assinatura de dois dos seus elementos, sendo um deles o presidente. Nas operações de tesouraria é obrigatória a assinatura do tesoureiro com outro elemento da direção.

Artigo 23.º

Compete à direção:

- a) Representar a Associação em todos os atos e contratos, com exceção do disposto no artigo 16.º;
- b) Cumprir e fazer cumprir os estatutos, regulamentos e deliberações da assembleia geral;
- c) Admitir os membros efetivos, auxiliares, correspondentes e protetores e propor à assembleia geral os membros de honra da Associação;
- d) Eliminar os membros a que se refere o artigo 14.º;
- e) Promover todas as atividades da Associação com vista à consecução dos objetivos preconizados nestes estatutos;
- f) Nomear ou os empregados da Associação;
- g) Apresentar anualmente à apreciação da assembleia geral ordinária o balanço, relatório e contas da sua gerência.

Capítulo VI

Conselho Fiscal

Artigo 24.º

O conselho fiscal é composto por um presidente e dois vogais

Artigo 25.º

O conselho fiscal, que reúne, pelo menos, uma vez por ano, para apreciar as atividades da Associação no que concerne a receitas e despesas, deverá designar um dos seus elementos para acompanhar os trabalhos da direção.






Capítulo VII

Disposições gerais

Artigo 26.º

São fontes de receita da Associação, além das quotizações:

1. Qualquer subsídio ou outras contribuições dos membros efetivos, auxiliares, correspondentes ou protetores;

- 
- 
- 
- 
- 
2. Os subsídios e participações oficiais ou privadas que se destinem à realização dos seus objetivos;
 3. Quaisquer legados deixados à Associação, quando deles possa provir rendimento para esses mesmos objetivos;
 4. Quaisquer rendimentos de publicações, periódicas ou não, de outra origem, desde que respeitantes à vida da Associação;
 5. Rendimentos ou proveitos de realizações ligadas à atividade da Associação:

Artigo 27.º

Nenhum elemento dos órgãos sociais poderá auferir remuneração pelo desempenho dos cargos para que for eleito, devendo apenas receber pelas despesas realizadas com tal ação.

Artigo 28.º

Os casos omissos podem ser regulados por disposições da direção, deliberações da assembleia geral ou pelo Código Civil, quando necessário.

Artigo 29.º

Para os casos de natureza jurídica vigorará o foro da comarca de Lamego.

Artigo 30.º

Na primeira assembleia geral extraordinária, a realizar 24 horas depois da legalização da Associação por escritura notarial, serão designados os primeiros órgãos sociais, empossados por dois anos, de imediato, pelo presidente da mesa da assembleia geral eleito, bem como a respetiva quotização”.

São finalidades exclusivas desta associação a defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, através de uma estreita colaboração dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de proteção, como valores culturais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

Tratam-se de finalidades que são transversais a todos os municípios.

Os municípios associados estão sujeitos ao pagamento das quotas fixadas em assembleia geral.

Desconhece-se o valor atual das quotas, motivo pelo qual foi solicitado à AMPCH que nos informassem sobre o mesmo.

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a Sr. Presidente ao abrigo do disposto na competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal, se assim o entender, delibere sobre a adesão do Município de Cuba à APMCH, de acordo com a competência prevista na alínea s) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei, assim como, no âmbito da competência prevista na alínea ccc) do mesmo artigo, submeter esta

deliberação a autorização e ratificação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 25.º da citada lei.

Mais, devem ser emitidos os respetivos cabimento e compromisso sequencial para pagamento das quotas, cujo valor se aguarda ser informado.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aderir à APMCH, de acordo com a competência prevista na alínea s) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei, assim como, no âmbito da competência prevista na alínea ccc) do mesmo artigo, submeter esta deliberação a autorização e ratificação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 25.º da citada lei. -----

13. ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O NÚCLEO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O MUNICÍPIO DE CUBA

Foi presente à Câmara a informação nº. 91/2022, DAODS/SAJAI, da autoria da Dra. Maria Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos presente a proposta de adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e o Município de Cuba., que a seguir se transcreve:

Como será do seu conhecimento, considerando os seus objetivos a nível da intervenção em situações de violência doméstica, o NAV desenvolve as suas atividades principais a nível do atendimento gratuito das vítimas, da dinamização de diversas ações de sensibilização e formação e do desenvolvimento e das parcerias locais que possibilitem soluções mais eficazes nesta área.

De forma a cumprir estas competências, o NAV tem afeta uma equipa técnica multidisciplinar, constituída pelas valências necessárias para o atendimento e acompanhamento psicossocial e informação jurídica a vítimas e para a realização das ações de sensibilização e formação, sendo esta intervenção realizada nos concelhos de Alvito, Barrancos, Beja, Cuba, Mértola, Moura, Serpa e Vidigueira.

Neste contexto de atuação, as autarquias são parceiros fundamentais para a atual estratégia que pretende alcançar uma cobertura nacional progressiva dos serviços de apoio e proteção às vítimas de violência doméstica e de género, através de respostas locais que envolvam de forma articulada todas as entidades com intervenção na área.

Assim, ao longo do tempo, o NAV tem vindo a estreitar a parceria com as autarquias, estando esta formalizada através de um protocolo que prevê as responsabilidades de cada entidade, onde se inclui o pagamento de 88€ mensais por parte da Câmara Municipal, em contrapartida da realização de atendimentos e ações de sensibilização diversas no concelho.

No entanto, a atividade e disponibilidade do NAV tem crescido devido à necessidade de intervenção na área, à sua visibilidade e reconhecimento e ao envolvimento em novos projetos das autarquias, como os planos municipais para a Igualdade e grupos de trabalho diversos nestas áreas.

Este incremento, além de consumir recursos adicionais, é agravado pelas condições atuais no que respeita à inflação e aumento de preços generalizados, particularmente nos combustíveis, o que exige um esforço financeiro ainda mais significativo por parte da entidade gestora do NAV, com o objetivo de manter a regularidade e qualidade do serviço prestado.

Assim, certas de que a violência doméstica é uma problemática com a qual V. Ex.^a se preocupa, vimos por este meio solicitar a atualização do protocolo em vigor, nomeadamente na cláusula respeitante à contrapartida financeira do mesmo, propondo um valor mensal de 100€, conforme adenda em anexo.

A adenda proposta é a seguinte:

Altera-se com a presente adenda a Cláusula Terceira, passando esta a ter a seguinte redação:

Cláusula Terceira
(Obrigações do Município de Cuba)

Ao Município de Cuba competirá nomeadamente:

- a) Encaminhar para o NAV os casos de violência doméstica detetados;
- b) Colaborar com o NAV na organização logística das ações a realizar em Cuba;
- c) Divulgar a colaboração e atuação do NAV;
- d) Participar financeiramente o NAV com o valor mensal de 100€ (cem euros).

De harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual “*Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (...)*”, designadamente atribuições em matéria ação social (*vide* alínea h) do n.º 2 do mesmo artigo).

Para desenvolvimento destas atribuições, exerce Câmara Municipal as seguintes competências, nos termos do estabelecido no art.º 33º da citada lei:

1. Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos (*vide* alínea o));

2. Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município (*vide* alínea q));
3. Apoiar atividades de natureza social (*vide* alínea u));
4. Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade (*vide* alínea v)).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

A violência doméstica é igualmente uma matéria que constitui um dos objetivos do Conselho Municipal de Segurança, conforme estabelecido pela Lei n.º 106/2015, de 26 de agosto, que altera a Lei n.º 33/98, de 18 de Julho.

Nesta conformidade, deve V. Ex^ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência prevista na alínea o) (*“Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões”*) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, remeter o presente assunto para que o órgão executivo delibere sobre a aprovação a adenda ao protocolo referido.

Mais deve ser emitido o respetivo cabimento e compromisso para assunção do encargo referido de € 100,00/mês, o que para o corrente ano totaliza € 400,00.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a adenda ao presente protocolo, nos termos propostos na presente informação. -----

14. MÁRCIO ROBERTO DE MATOS OCTAVIANO DOS SANTOS. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 4 DO ARTIGO 6.º DO RJUE. PRÉDIO N.º 543, FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO. -----

Vem o requerente, na qualidade de proprietário, solicitar certidão de destaque, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, para o prédio acima identificado; -----

À luz do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, “os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos”; -----

As duas parcelas resultantes da operação confrontam com as ruas de Beja e Rua Nova, e situam-se dentro da área urbana de Faro do Alentejo. De acordo com a pretensão, a parcela a destacar possui a área de 129.05m², ficando a restante com a área coberta de 109.14m² e descoberta de 23.25m² (perfazendo o total de 132.39m²). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a certidão de destaque. -----

15. MANUEL LEAL DA COSTA. CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO DO PRÉDIO N.º 188
DA SECÇÃO A DE VILA ALVA- ARRANQUE DE OLIVAL. -----

Vem o requerente solicitar o enquadramento em PDM relativo à pretensão de arranque de 86 oliveiras para plantação de olival de regadio, a levar a cabo no prédio cima identificado; -----

A Câmara, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Áreas da rede de protecção e valorização ambiental, Silvo-pastoril e de aptidão agrícola;*

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, há interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) a Sul e a Poente do prédio, e com REN (Reserva Ecológica Nacional) na quase totalidade do prédio;

Ao tratar-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento nos artigos 81.º e seguintes do regulamento do PDM;

Deverá ainda a requerente diligenciar junto da Direcção Regional de Agricultura, a obtenção da respectiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio;

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal.* Exceptuando-se os usos e as acções que sejam compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objectivos mencionados no número anterior os usos e as acções que cumulativamente:

- a. Não coloquem em causa as funções das respectivas áreas, nos termos do Anexo I; e
- b. Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como:

- i) *Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou*
ii) *Sujeitos á realização de uma mera comunicação prévia.*

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração as acções de natureza agrícola, nos termos do disposto no artigo 20.º e respectivo Anexo II, do regime da REN julgamos estar a pretensão sujeita a comunicação prévia ou eventualmente isenta de comunicação em função da tipologia da acção;

Reportando-nos ao enquadramento no PMDFCI, e estando o local em causa aparentemente localizado em áreas de diferentes graus de perigosidade, de Muito Baixa a Muito Alta, de acordo com as condicionantes dispostas no artigo 4.º do Regulamento do PMDFCI, publicado sob o n.º 114/2022, 2.ª série do DR n.º 22 de 1 de Fevereiro de 2022, importa referir o seguinte:

A construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existente, apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram cumulativamente os seguintes condicionalismos:

- a) Garantir na sua implantação no terreno, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de protecção nunca inferior a 50m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, ou 10m, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, de acordo com os critérios no anexo do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua actual redacção;*
- b) Adoptar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respectivos anexos;*
- c) Existência de parecer favorável da CMDF*

Quando a faixa de protecção integre rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para aquela faixa de protecção;

Quando estejam em causa a construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à actividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou actividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respectiva exploração, pode em casos excepcionais, a pedido do interessado e em função da análise de risco apresentada, ser reduzida até 10 metros a distância à extrema da propriedade da faixa de protecção prevista anteriormente, por deliberação da câmara municipal, caso sejam verificadas as seguintes condições:

Medidas excepcionais de protecção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo;

Medidas excepcionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respectivos anexos;

Existência de parecer favorável da CMDF

De acordo com as Plantas de Património e de Condicionantes, regista-se ainda no prédio n.º 188-A a identificação de valores patrimoniais existentes, com a designação

“Anta do Monte da Ribeira”, pelo que qualquer acção a levar a cabo nesse prédio carecerá de parecer prévio da Direcção Regional de Cultura do Alentejo nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores, que deverá ser consultada para o efeito.”-----

Nota: O Arq.º Helder Caseiro opta por elaborar os seus textos ao abrigo do anterior acordo ortográfico. -----

16 - JOSÉ MANUEL FERRO PINOTES. PROCESSO N.º 11/2022. PEDIDO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE ANEXO E PISCINA. RUA DA IGREJA, 1-A, EM ALBERGARIA DOS FUSOS. -----

Foi presente à Câmara o pedido de licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 8 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

17 – PEDRO MIGUEL ALVES PINOTES. PROCESSO N.º 12/2022. PEDIDO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA. PRÉDIO ART.º 320, SECÇÃO D, VILA RUIVA. -----

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a legalização, remodelação e ampliação de uma moradia com 373.10m² de área bruta e uma área de implantação de 300.00m² a levar a cabo no prédio acima identificado;

A pretensão foi objeto de parecer favorável da APA e da CCDRA, dada a interferência com solos de REN, que já consta do presente processo. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 12/2022, do Serviço de Urbanismo, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

18. DAVID VARGAS PEREIRA PACHECO. PROCESSO 27/2020. LEGALIZAÇÃO DE CASÃO AGRÍCOLA. PRÉDIO ART.º 58, SECÇÃO G, FARO DO ALENTEJO

Vem o requerente solicitar a legalização das obras de construção de casão agrícola no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos do art.º 102.º do RJUE, a legalização das obras de construção do casão agrícola. -----

Mais deliberou a Câmara proceder à abertura do respetivo processo contraordenacional. -----

19. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO/PARCERIA – CONSÓRCIO CONSTITUÍDO POR VÁRIAS ASSOCIAÇÕES DO ALENTEJO E LEZÍRIA DO TEJO, DA QUAL O NERBE/AEBAL É PARTE INTEGRANTE, AO PROGRAMA “ACELERADORAS DE COMÉRCIO DIGITAL”. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 10/2022, da autoria do Técnico Superior Vitor Raminhos, cujo conteúdo se transcreve: -----

No âmbito do Aviso n.º 04/C16-i02/2022 – Aceleradoras de Comércio Digital do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), está o NERBE/AEBAL em parceria com outras estruturas associativas empresariais da NUT II Alentejo a criar um consórcio que terá como principal missão desenvolver modelos de negócio nas empresas do comércio e serviços abertos ao consumidor, assim como incentivar a adoção de tecnologias digitais no Alentejo.

Salienta-se que este consórcio consubstancia-se numa parceria alargada de entidades representativas do Alentejo, que será constituído pelo NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém (líder de consórcio), NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral, NERE– Núcleo Empresarial da Região de Évora, ACDE – Associação Comercial do Distrito de Évora, NERPOR – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre e ANJE- Associação Nacional de Jovens Empresários.

Desta forma, e reconhecendo o Nosso Município como um stakeholder de suma importância para o território solicita o consórcio o nosso apoio a este Programa “Aceleradoras de Comércio Digital”, através do estabelecimento de uma parceria.

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência própria consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter a presente informação para deliberação do ór-

gão executivo, na sua próxima reunião, ao abrigo da competência prevista na alínea
aaa) do n.º 1 do art.º 33.º da referida lei, para que nela possa ser deliberado, se esse
for o entendimento do órgão executivo, o seguinte:

- Deliberar aprovar a manifestação de interesse em fazer parte do consórcio desta ini-
ciativa, colaborar nas atividades do programa de trabalho, participar nas consultas e
cooperar com o consórcio.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a manifestação de interesse em fazer
parte do consórcio desta iniciativa, colaborar nas atividades do programa de trabalho,
participar nas consultas e cooperar com o consórcio. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.-----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro“

*2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pú-
blica mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do
número anterior”. -----*

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata:-----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para cons-
tar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de
lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas
11,00 horas.-----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que
assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

